

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES A PARTIR DA *CHILDHOOD AUTISM RATING SCALE*.
LAS ADAPTACIONES CURRICULARES A PARTIR DE LA *CHILDHOOD AUTISM RATING SCALE*.**

SCHMITZ, Adriana Onofre; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini.
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
adrianaschmitz@ufgd.edu.br; morganamartins@ufgd.edu.br

MARTINS, Morgana de Fátima Agostini

Resumo

Esse projeto tem como objetivo elaborar adaptações de currículo para atendimento de crianças com autismo na Educação Infantil, derivado da *Childhood Autism Rating Scale* - versão em português (CARS-BR). Para a efetivação desse estudo será usado como embasamento teórico a Análise Comportamental Aplicada (ABA) para constituição de repertório comportamental, o Currículo Funcional Natural (CFN) visando desenvolver as potencialidades dos educandos, e a Bioecologia do Desenvolvimento Humano com a visão do desenvolvimento como um processo resultante da interação mútua e progressiva entre um indivíduo ativo em constante crescimento e os diversos contextos. Dessa maneira esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada, qualitativa e bibliográfica. Associando essas três teorias espera-se propor adaptações curriculares que atendam as necessidades educacionais especiais das crianças com autismo sem se constituir um currículo exclusivo para ao atendimento dessas crianças, o que poderia reforçar a segregação, mas que se constitua uma orientação consistente para embasar cientificamente as práticas pedagógicas no processo de inclusão das crianças com autismo na escola regular. As adaptações de currículo elaboradas servirão para orientar os professores quanto as suas atividades em sala de aula, recursos e estratégias efetivas no atendimento da criança com autismo, visando o desenvolvimento integral da criança, agregando as potencialidades no processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Especial, Autismo, Currículo.

Resumen

Este proyecto tiene como objetivo desarrollar las adaptaciones curriculares para la atención de los niños con autismo en el jardín de infantes, derivadas de la Escala de Autismo Infantil - versión en portugués (CARS -BR). Para la realización de este estudio se utilizará como base teórica de Análisis de Comportamiento Aplicado (ABA) para la creación de repertorio conductual, el Currículum Funcional Natural (CFN) con el fin de desarrollar el potencial de los alumnos, y Bioecología del Desarrollo Humano con una visión del desarrollo como un proceso que resulta de la interacción mutua entre un individuo progresiva y activa en constante crecimiento y diversos contextos. Así, esta obra se caracteriza como una literatura de investigación aplicada y cualitativa. La combinación de estas tres teorías se espera proponer adaptaciones curriculares que respondan a las necesidades educativas especiales de los niños con autismo, sin constituir un plan de estudios único para la atención de estos niños, lo que podría aumentar la

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

segregación, sino que constituye una orientación coherente para apoyar las prácticas pedagógicas en la inclusión de niños con autismo en el proceso regular de la escuela. Las adaptaciones de el plan de estudios servirá para orientar a los profesores en sus actividades en el aula, recursos y estrategias eficaz en la atención de lo niño con autismo, orientadas al desarrollo integral de los niños, agregando el potencial en el proceso de desarrollo.

Palabras clave: Educación Especial, Autismo, Plan de estudios.

TEMA

Na escola inclusiva o modelo tradicional de educação perde espaço e cede seu lugar para uma nova forma de educar, com vistas à pluralidade e a diversidade, criando um lugar no qual os estudantes podem construir sua identidade, não em um modelo único e intocável, mas no coletivo, nas experiências compartilhadas em uma convivência inclusiva e democrática na comunidade escolar (COSTA, 2009).

O Ministério da Educação no Brasil propõe a integração da educação especial como proposta pedagógica da escola regular, orientando como atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e transtornos funcionais específicos. E em uma atuação complementar e mais ampla, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (MEC/SEESP, 2007).

Algumas propostas que buscam contribuir com o processo de inclusão apontam para a individualização do ensino com planos específicos de aprendizagem para o aluno. Entretanto, essa estratégia pode se tornar um reforçador da prática da exclusão, visto que a inclusão não se faz pela diferenciação dos indivíduos, mas pelo respeito à diversidade. Assim, a inclusão se dá não pela formulação de um currículo paralelo, mas na capacidade em suprir as necessidades de toda a comunidade escolar atendida, independente do grau de suas necessidades (PAULON, FREITAS & PINHO, 2005).

As instituições escolares, mesmo que dispostas e apoiadas em uma legislação que objetiva a inclusão, ainda se estruturam de forma a classificar os indivíduos a partir de suas diferenças, reforçando a discriminação. Esse panorama só poderá ser mudado a partir do respeito, do conhecimento e do atendimento das idiossincrasias do público que frequenta essas instituições, para assim transformar a escola em um espaço de exercício da política inclusiva para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária (PAULON, FREITAS & PINHO, 2005).

Dessa forma, a inclusão escolar não deve fundamentar-se na normalização que coloca as diferenças como obstáculos aos processos educativos. Mas sim, investigar quais aspectos da política de

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

educação especial requerem atenção e reformulações, visto que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais produz situações no cotidiano escolar que exigem um constante repensar das práticas pedagógicas (MEC/SEESP, 2007).

Com isso, o questionamento referente à inclusão escolar se aprofunda, e remete nosso olhar para além das práticas, apontando a necessidade da construção de um novo paradigma que oriente a política de inclusão, na conceituação e nas práticas efetivas. A elaboração de um currículo para a educação que considere as necessidades especiais como parte integrante do aprendizado na escola regular e não um adendo para suprir diferenciações de alguns dentro de um contexto maior, se torna uma prática urgente e necessária para uma inclusão efetiva, proporcionando independência ao aluno com necessidades educacionais especiais e a conseqüente inserção social.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Elaborar um currículo para atendimento de crianças com autismo na Educação Infantil, derivado da *Childhood Autism Rating Scale* - versão em português (CARS-BR), utilizando o embasamento teórico da Análise Comportamental Aplicada (ABA), do Currículo Funcional Natural (CFN) e da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Objetivos Específicos

- Transcrever os descritores da CARS-BR em componentes curriculares para a Educação Infantil;
- Conhecer e elencar experiências positivas com práticas pedagógicas efetivas de atendimento a criança com autismo para ilustrar o currículo desenvolvido;
- Relacionar os procedimentos analítico-comportamentais da ABA e a metodologia do CFN com os componentes curriculares elaborados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Educação e Diversidade do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e

associada ao projeto Educação Especial, Subjetividade e Formação de professores: abordagens e aproximações entre Brasil e Argentina, cujo objetivo é conhecer, discutir e refletir sobre as políticas e práticas educacionais presentes nos dois países com o intuito de promover reflexões que favoreçam a construção de estratégias pedagógicas e políticas públicas para o atendimento das pessoas com autismo, bem como favorecer e ampliar a inclusão das demais pessoas com necessidades educacionais especiais.

Por se tratar de um estudo que busca a produção de um conhecimento dirigido à solução de um problema específico, no caso a estruturação de um currículo para crianças com autismo, essa pesquisa é de natureza aplicada como explicam Cozby (2003) e Silveira & Córdova (2009).

O perfil bibliográfico dessa pesquisa se aplica pela busca de materiais de referências teóricas já analisadas e publicadas para embasar a produção do currículo, resultado esperado deste trabalho. Associado a característica bibliográfica deste trabalho está a pesquisa qualitativa, visto que objetiva construir um modelo teórico de currículo para o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil (REY, 2005).

1. Procedimento

Para elaboração desse currículo será utilizado como base teórica a Análise Comportamental Aplicada ao Autismo (ABA), o Currículo Funcional Natural (CFN) e a Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Para formulação dos componentes curriculares para o atendimento de crianças com autismo na Educação Infantil será utilizada a CARS-BR, que se trata de uma escala constituída de 15 itens que auxilia na identificação de crianças com autismo e as distingue de crianças com prejuízos do desenvolvimento sem autismo. A escala avalia o comportamento em 14 domínios geralmente afetados no autismo, mais uma categoria geral de impressão de autismo. Estes 15 itens incluem: relações pessoais, imitação, resposta emocional, uso corporal, uso de objetos, resposta a mudanças, resposta visual, resposta auditiva, resposta e uso do paladar, olfato e tato, medo ou nervosismo, comunicação verbal, comunicação não verbal, nível de atividade, nível e consistência da resposta intelectual e impressões gerais. É um instrumento de fácil manuseio, baixo custo, possuiu fortes propriedades psicométricas, além de ter sido padronizado com grandes populações (PEREIRA, RIESGO & WAGNER, 2008).

A CARS-BR foi escolhida como base para a formulação de adaptações de currículo para o atendimento de crianças com autismo por permitir traçar um perfil da criança avaliada, bem como proporcionar o acompanhamento do seu desenvolvimento a partir de novas avaliações. Dessa forma,

derivar seus domínios em componentes curriculares permitiria ao docente elaborar estratégias de ensino com o enfoque não só nas dificuldades dessa criança com autismo, mas de modo a agregar no dia a dia escolar, atividades que permitam a esses alunos expor suas habilidades mais desenvolvidas, proporcionando um ambiente positivo e de sucesso a esse educando.

Para desenvolver esses componentes e buscar estratégias pedagógicas eficazes será utilizado o método ABA a fim de associar ao currículo as técnicas de modificação comportamental do método que têm se mostrado bastante eficazes no tratamento do autismo na clínica. Essa metodologia faz uso da observação, da análise e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem (LEAR, 2004).

Associado a ABA, será usada a teoria do Currículo Funcional Natural que entende o currículo como uma estrutura para desenvolver ao máximo as potencialidades de uma pessoa portadora de necessidades especiais com enfoque nas habilidades que tenham função para vida e que sejam utilizadas imediatamente ou em um futuro próximo (SUPLINO, 2005).

Para a compreensão do desenvolvimento infantil a Bioecologia do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner será o aporte teórico utilizado. Essa teoria conceitua o desenvolvimento humano como uma interação mútua e progressiva entre um indivíduo ativo em constante crescimento e os diversos contextos sempre em transformação. A interação da pessoa com o ambiente é caracterizada pela reciprocidade, e o desenvolvimento é visto como um produto resultante dessa interação, o que abre espaço para uma visão onde o aprendizado é possível a todos e por consequência o desenvolvimento também. Assim, o aprendizado não depende apenas de habilidades provenientes de um desenvolvimento prévio, mas de um espaço onde as habilidades sejam requisitadas em gradual complexidade para que se efetive o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2011).

Associando essas três teorias espera-se propor adaptações curriculares que atendam as necessidades educacionais especiais das crianças com autismo sem se constituir um currículo exclusivo para ao atendimento dessas crianças, o que poderia reforçar a segregação, mas que se constitua uma orientação consistente para embasar cientificamente as práticas pedagógicas no processo de inclusão das crianças com autismo na escola regular.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O autismo é um transtorno do desenvolvimento caracterizado por anormalidades qualitativas e quantitativas que afetam com maior prejuízo evidente as áreas de interação social, da

comunicação e do comportamento. Suas causas são neurobiológicas embasadas em critérios clínicos, essa é a definição dada por Schwartzman & Araújo (2011).

Associada ao conceito de autismo uma terminologia bastante utilizada, mesmo que não seja considerada uma classificação oficial, é o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Este transtorno se refere a três condições que possuem aspectos em comum: o Autismo Infantil, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação. Essa terminologia é usada quando a criança apresenta um quadro clínico que se caracteriza apenas por critérios comuns às três condições citadas (SCHWARTZMAN & ARAÚJO, 2011).

Para o diagnóstico clínico do transtorno é utilizado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) ¹ e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) ² juntamente com outros procedimentos de avaliação clínica do paciente. De acordo com o DSM-IV, para o diagnóstico, a criança deve apresentar pelo menos seis da lista de doze sintomas, sendo pelo menos dois sintomas da área de interação social, pelo menos um na área de comunicação e pelo menos um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados (SILVA & MULICK, 2009).

Outros instrumentos também são utilizados nos processos de diagnóstico, dentre os mais utilizados estão a Entrevista Diagnóstica do Autismo-Revisada (ADI-R), o Programa de Observação Diagnóstica do Autismo-Genérico (ADOS-G), e a *Childhood Autism Rating Scale* (CARS). As duas primeiras escalas necessitam de treinamento, em geral, caros e extensos e são de aplicação demorada, enquanto a CARS exige relativamente pouco treinamento, foi padronizada com grandes populações e já é utilizada há mais de 30 anos (RAPIN & GOLDMAN, 2008).

A fase de diagnóstico é decisiva para o desenvolvimento da criança, pois o autismo é um transtorno que também deve ser atendido nas políticas de inclusão escolar e que hoje possui, inclusive, uma Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Lei no. 12764 de 27 de dezembro de 2012), além da regulamentação dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Apesar da existência de políticas e leis que regulam a inclusão escolar, ainda existe uma discrepância entre a realidade desse processo e o que é proposto nas leis e políticas da Educação Especial.

¹ É um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association* - APA).

² Frequentemente designada pela sigla CID (em inglês *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* - ICD) fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Essa incoerência aparece justamente na falta de preparo para realizar o atendimento das necessidades educativas especiais de forma efetiva e com qualidade, como é recomendado nas leis e diretrizes associadas a esse fim. Diante disso, o MEC/SEESP (2007) aponta para a importante participação de diferentes segmentos na implantação dos direitos assegurados na política de Educação Especial, e isso implica em uma adequação de currículo, novas formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula, além da criação de estruturas físicas pautadas na acessibilidade.

Exemplo dessa realidade é a pesquisa realizada por Leonardo, Bray & Rossato (2009) que mostra que a dificuldade no processo de inclusão no ensino regular está associada ao despreparo dos profissionais e a infraestrutura das escolas. Diante disso, a concretização da escola inclusiva depende de condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e materiais. A formação dos professores chama a atenção porque os participantes da pesquisa enfatizam seu pouco conhecimento sobre o assunto, embasando sua prática pedagógica no conhecimento do senso comum e não em conhecimentos científicos. Essa situação é preocupante porque o conhecimento advindo do senso comum pode estar carregado de incoerências, preconceitos, distorções e discriminações sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais.

O estudo realizado por Veltrone & Mendes (2007) sobre os desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar, concluíram que para a inclusão escolar bem sucedida dos alunos com necessidades educacionais especiais é necessária uma reestruturação do sistema regular de ensino, a qual passa, necessariamente pela formação de recursos humanos, seja em nível inicial como continuado. Nesse estudo ficou evidente a necessidade de diretrizes para uma formação de professores voltada para o atendimento da diversidade, para proporcionar condições de ensino-aprendizagem em condições ótimas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

O Ministério da Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 2009 como um norteador da prática pedagógica na escola, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. Isso demonstra a busca de articulação entre a práxis na educação e o conhecimento científico, e que ainda está em processo de instituição ao que diz respeito à educação especial.

É importante ressaltar a concepção que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem em relação ao conceito de criança e de currículo, dois componentes norteadores da prática pedagógica.

Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Currículo: Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Considerando que a prática pedagógica se embasa nesses conceitos de criança e currículo, quando a referência é a educação especial na escola regular, estudos como o de Cenci & Damiani (2013) apontam que as adaptações curriculares sob a justificativa de adequar o ensino e o currículo às especificidades dos alunos que apresentam necessidades especiais, muitas vezes, abrem mão dos conteúdos formais, pressupondo que não estariam ao alcance desse aluno, especialmente daquele em que as dificuldades são mais acentuadas.

Em relação à adaptação curricular, Cenci & Damiani (2013) apresentam em seu estudo cinco níveis de adaptação curricular: adaptações no nível do projeto pedagógico, adaptações relativas ao currículo da classe, adaptações individualizadas do currículo, adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares. Sendo esses níveis passíveis de adaptações não-significativas do currículo e adaptações curriculares significativas. As modificações realizadas pelo próprio professor no planejamento e na execução das atividades são consideradas pequenos ajustes na dinâmica diária da sala de aula e são, portanto classificadas como adaptações não-significativas. Por outro lado, são consideradas adaptações curriculares significativas àquelas estratégias diante de dificuldades mais sérias de aprendizagem; implicam em mudanças de maior porte e que demandam uma avaliação minuciosa e discussão com outros profissionais e familiares.

O estudo de Silva (2011) sobre o impacto da adequação curricular no processo de inclusão dos alunos com autismo, concluiu que a adequação curricular contribuiu substancialmente para a inclusão do aluno, pois possibilitou um planejamento específico com adequação de objetivos e conteúdos, uma melhor adequação de espaço e do tempo, a adoção de metodologias mais simplificadas e uma avaliação diferenciada. Com isso o aluno obteve mais autonomia, facilitou a aquisição de habilidades e competências e oportunizou a convivência entre pessoas com diferentes níveis de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que essas adaptações devem focar as possibilidades, as capacidades e o potencial do aluno em detrimento ao seu déficit. Dessa forma, o objetivo central das adaptações curriculares é garantir a todos os alunos o acesso e desenvolvimento do currículo, dos conteúdos escolares. Considerando que todos podem aprender, sem exceções, mas que o aprendizado não ocorre da mesma forma, nem no mesmo ritmo e tão pouco com os mesmos interesses, a adequação do currículo

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

possibilita flexibilizar ou adaptar o quê (conteúdo), o quando (temporalidade, sequenciação de assuntos), o como (metodologia didática) e os procedimentos adotados na avaliação (CENCI & DAMIANI, 2013).

Considerando o panorama no qual há uma legislação que exige a efetivação de um processo de inclusão, um contexto educacional de pouca informação sobre o transtorno e uma conjuntura filosófica que limita o desenvolvimento da criança com autismo pela visão de que a mesma não é capaz de aprender, faz-se necessário a quebra do paradigma de que o desenvolvimento infantil se efetiva apenas por uma estrutura a priori definida, e para isso, a concepção de desenvolvimento proposta por Bronfenbrenner é adequada, pois mostra o desenvolvimento como um resultado.

A partir dessa concepção de desenvolvimento é possível considerar as diferenças, reivindicar condições apropriadas para cada sujeito de forma que possam ter uma educação adequada às suas necessidades específicas respaldadas na equidade, possibilitando ao aluno a apropriação dos conceitos científicos cada um a seu modo a partir de suas possibilidades. A elaboração de estratégias efetivas se torna um fator considerável no sucesso da inclusão, e por isso a necessidade de teorias que deem suporte a essas atividades, e no caso desse estudo, a Análise do Comportamento Aplicada e o Currículo Funcional Natural, dois aportes teóricos já utilizados no atendimento a crianças com autismo e que se mostram efetivos no desenvolvimento de repertório comportamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB. 36 p. : il. ISBN:

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

978-85-7783-048-0.

- BRONFENBRENNER, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Tradução: André de Carvalho-Barreto. Revisão técnica: Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed.
- CENCI, A & DAMIANI, M, F. (set./dez. 2013). Adaptação curricular e o papel dos conceitos científicos no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial*. v. 26, n. 47, p. 713-726. - Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>
- COSTA, V. B da. (2009). *A concepção de professores frente a inclusão escolar na diversidade*. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/anais.php>. Item BC01. Acessado em 30 out. 2012.
- COZBY, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. Tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta; revisão técnica José de Oliveira Siqueira. São Paulo: Atlas.
- LEAR, K. (2004). *Ajude-nos a aprender – manual de treinamento em ABA*. Toronto, Ontário – Canadá, 2ª. Ed.
- LEONARDO, N.S.T, BRAY, C.T. & ROSSATO, S.P.M. (mai - ago, 2009). Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v.15, n.2, p.289-306.
- MEC/SEESP. (2007). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872. Acessado em 30 out. 2012.
- PAULON, S. M, FREITAS, L. B. L & PINHO, G. S. (2005). *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 48 p.
- PEREIRA, A, RIESGO, R. S. & WAGNER, M. B. (2008). Autismo infantil: tradução e validação da *Childhood Autism Rating Scale* para uso no Brasil. *Jornal de Pediatria* – vol. 84, no. 6.
- RAPIN, I & GOLDMAN, S. (2008). A escala CARS brasileira: uma ferramenta de triagem padronizada para o autismo. *Jornal de Pediatria* – vol. 84, no. 6.
- REY, F. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade – os processos de construção da informação*. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- SCHWARTZMAN, J. S & ARAÚJO, C. A de. (2011). *Transtorno do espectro do autismo – TEA*. São Paulo: Memnon.
- SILVA, D. I. L da. (2011). *O impacto da adequação curricular no processo de inclusão de alunos com autismo*. Monografia do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - UAB/UnB. Brasília.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

- SILVA, M & MULICK, J. M. (2009). Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. *Psicologia Ciência E Profissão*, n 29 (1), 116-131.
- SILVEIRA, D. T & CÓRDOVA, F. P. (2009). A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E & SILVEIRA, D. T. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS. p 31-42.
- SUPLINO, M. (2005). *Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Maceió: Assista.
- VELTRONE, A. A & MENDES, E. G. (2007). Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. *IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*. Acessado em 10 nov. 2013. Disponível em:
<http://www.unesp.br/prograd/ixcepefe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>.